

Pierre-Marie Morel. *Aristote, Métaphysique – Livre Èta*. Vrin : Paris 2015, 234 p. € 16,00 (pb). ISBN 978-2-7116-2648-9.

Raphael Zillig¹

Em que pesem os notórios problemas editoriais que afetam a chamada *Metafísica* de Aristóteles, há razões para admitir que os chamados “livros centrais”, Z, H e Θ, formem uma unidade entre si.² Há evidências filológicas a esse respeito, mas é também inegável que os três livros compartilhem de um mesmo núcleo temático. Ao que tudo indica, eles são referidos em conjunto no início do livro M, quando Aristóteles fala da investigação que aborda a substância (*ousia*)³ dos itens sensíveis segundo o seu ser em ato (*kat'energeian*: 1076a8-10).

Desse conjunto de textos, o livro Z ganhou incomparavelmente mais atenção do que os demais. Θ, por sua vez, atrai não apenas o interesse dos intérpretes que o tomam diretamente como objeto de estudo, mas também dos que se ocupam da física e da ética de Aristóteles. Já o livro H é, na maior parte dos casos, discutido apenas à guisa de complemento ao exame de Z.

Nesse cenário, *Métaphysique – Èta*, de Pierre-Marie Morel constitui exceção.⁴ Integralmente devotada ao livro H, a obra compõe-se de uma tradução comentada precedida por uma introdução de cerca de 50 páginas. Do ponto de vista interpretativo, o propósito do autor é fornecer uma leitura unificada de H que não apenas esclareça sua

¹ A realização do presente trabalho contou com apoio de agências de fomento por meio do Processo nº 2016/09861-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – (FAPESP) e do Processo nº 471475/2014-9, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² A esse respeito, ver Ross (1924, v. I, p. xviii).

³ Como regra geral, o vocabulário técnico de Aristóteles será aqui traduzido em conformidade com o padrão empregado por Morel. Assim, adoto “substância” como tradução de *ousia* em todas as suas ocorrências, ainda que em diversos contextos (como em 1076a8-10) a tradução, a meu ver, mais adequada corresponda a “essência”.

⁴ É possível que a publicação dessa obra esteja, já, inserida em uma mudança de tendência com relação à dedicação de trabalhos de longa extensão ao livro H, tendo sido precedida pela defesa da tese *Matter and Explanation – On Aristotle's Metaphysics Book H*, de Simone Seminara (2014).

estreita relação com Z, mas também ressalte sua unidade interna em torno dos temas da substância sensível e do estatuto ontológico da matéria.

No que segue, discutirei primeiro a tradução de Morel e, em seguida, sua interpretação para o livro H.

Tradução

A tradução que integra a obra foi realizada fundamentalmente a partir da edição de Ross (1924). As poucas divergências com relação à edição de base são assinaladas – algumas diretamente por meio de notas de rodapé à tradução, outras apenas ao longo do comentário.

Para cada um dos termos e expressões técnicos de Aristóteles, Morel procura adotar uma tradução única, mantida ao longo de toda a obra. É evidente o que torna atraente esse procedimento, mas, em uma obra como a *Metafísica*, ele tem seu custo. Exemplo claro é o termo *ousia*, que, em todas as suas ocorrências, é traduzido por Morel como “substância”. Costuma-se, no entanto, identificar dois sentidos distintos para o termo. No primeiro, *ousia* corresponde ao que é real em sentido fundamental, sendo contrastada aos itens das demais categorias, cujo ser depende da *ousia*. No segundo sentido, o termo refere-se ao que, em algo, fundamenta a sua realidade. Recorrendo a exemplos algo didáticos (e não de todo consensuais), seria possível dizer que Sócrates é uma *ousia* no primeiro sentido, ao passo que, recorrendo ao segundo sentido, pode-se dizer que a alma de Sócrates é a *ousia* de Sócrates. No primeiro caso, a tradução usualmente adotada é “substância”, ao passo que se recorre frequentemente a “essência” para traduzir o termo em seu segundo sentido.

A adoção de uma ou outra opção para traduzir *ousia* é de grande consequência para a interpretação de passagens em isolado e para a compreensão dos livros centrais em sua totalidade. Não por acaso, a existência dessa dualidade no sentido de *ousia* está frequentemente no primeiro plano das preocupações dos intérpretes.⁵

Diante disso, é um tanto surpreendente que o ponto não tenha sido tratado de maneira mais direta por Morel e que a obra não contenha uma justificativa robusta para a decisão de traduzir *ousia* por “substância” em todas as suas ocorrências. De modo

⁵ Para indicar apenas alguns exemplos, remeto a Ross (1924, v. II, p. 159-161) e às introduções de Frede-Patzig (1988), Wedin (2000) e Lewis (2013).

geral, aliás, Morel não fornece explicações detalhadas para as traduções adotadas para o vocabulário técnico.⁶

A despeito disso, a tradução resultante é, de maneira geral, competente e confiável, de modo que me limitarei a notar dois pontos nos quais encontro razão para divergir de Morel.

O primeiro diz respeito à tradução de 1042b3-5, em H1. Ao final do capítulo, Aristóteles discute as relações que se dão entre a mudança substancial (geração e corrupção) e os tipos ordinários de mudança (as mudanças com relação à qualidade, à quantidade e ao lugar). Em 1042b3-6, Aristóteles afirma que a) as mudanças ordinárias seguem-se da substancial, ao passo que b), em um ou em dois casos, a mudança substancial não se segue das mudanças ordinárias. O verbo *akolouthein*, que é empregado por Aristóteles para expressar as relações de consequência na passagem, é traduzido de modo marcadamente temporal por Morel: “As outras mudanças produzem-se *depois* [après] que a mudança substancial tenha tido lugar, ao passo que esta, em um caso ou em dois, não se produz *depois* [après] delas” (1042b3-5, grifo meu).⁷

Adotando essa interpretação para *akolouthein*, “seguir-se de” em a) e b) deve ser entendido no sentido de “ocorrer posteriormente no tempo”. Assim, a) expressaria que as mudanças ordinárias *vêm depois* da mudança substancial e b) expressaria que a mudança substancial não ocorre *depois* de certas ocorrências de mudança ordinária. Nessa interpretação, segue-se de a) que cada uma das mudanças ordinárias implica a mudança substancial (visto que ela precede temporalmente cada uma das demais). De modo semelhante, segue-se de b) que nem sempre a mudança substancial implica as demais mudanças, uma vez que há casos em que após uma mudança ordinária não há ocorrência de mudança substancial.

A relação de implicação lógica expressa no texto, no entanto, parece ir na direção contrária. Como Aristóteles afirma em 1042b5-6, se algo tem a matéria que forma a base da mudança de lugar, não é necessário que tenha também a matéria que subjaz à geração. Disso se segue que a mudança de lugar não implica a mudança substancial – o que é incompatível com as consequências de a) e b) lidos à maneira de Morel. Diante

⁶ Veja-se, por exemplo, a breve justificativa dada para a tradução de *to ti ên einai* por “ser essencial” (l’être essentiel) na nota 1 da p. 90.

⁷ “Et les autres changements se produisent après que le changement substantiel ait eu lieu, alors que celui-ci, dans un cas ou deux, ne se produit pas après eux.” (p. 64)

disso, parece necessário interpretar *akolouthēin* como expressando uma consequência de natureza estritamente lógica e não temporal.

O ponto é algo surpreendente, uma vez que o comentário de Morel conforma-se antes à leitura lógica e não temporal de *akolouthēin*: “como Aristóteles o indica em 42b3-6, a aptidão à mudança substancial traz consigo [entraîne avec elle] a aptidão para as outras mudanças, ao passo que as outras não trazem consigo necessariamente a mudança substancial” (p. 101).⁸

O segundo ponto a notar acerca do texto contido na tradução diz respeito a um detalhe concernente à edição de H3.

O trecho de 1043b14-23 (trecho 3.3, na divisão adotada por Morel) costuma ser tomado como uma digressão⁹ e é inserido entre parênteses nas edições de Ross e Jaeger. Com base, no entanto, no tema discutido no trecho, Morel elimina os parênteses. Sendo dedicado a um exame da eternidade da substância e de sua relação com os processos de geração e corrupção, o conteúdo de 3.3 diz respeito diretamente à natureza das substâncias sensíveis. Uma vez que as substâncias sensíveis constituem o objeto prioritário de H, o tema não constitui mera digressão e, assim, não caberia inserir 3.3 entre parênteses (p. 140).¹⁰

Morel pode estar correto com relação à pertinência de 3.3 ao tema geral do livro H. No entanto, as razões que motivam a inserção dos parênteses dizem respeito antes ao seu contexto específico. Com efeito, 3.3 parece interromper o raciocínio que conecta 1043b5-14 (trecho 3.2, na divisão de Morel) a 1043b23-32 (trecho 3.4).

Em 3.2 lê-se que, se animal e bípede são constituintes do homem, os mesmos não podem ser tomados como elementos que seriam meramente justapostos. Compreender o homem como composto desse modo do animal e do bípede equivaleria a conceber todos

⁸ “Tout d’abord, comme Aristote l’indique en 42b3-6, l’aptitude au changement substantiel entraîne avec elle l’aptitude aux autres changements, tandis que les autres n’entraînent pas nécessairement le changement substantiel.” (p. 101).

⁹ Ross : 1924, v. II, p. 232; Burnyeat *et. al.*: 1984, p. 15. Bostock (1994, p. 264-266) adota a posição mais forte segundo a qual o trecho encontra-se deslocado nos manuscritos.

¹⁰ Bostock (1994, p. 264) acredita que a posição ocupada por 3.3 nos manuscritos torna problemática a referência do pronome *tautēn* da linha 1043b14. Para Bostock, a posição do trecho nos manuscritos impõe que se tome o pronome como remetendo a uma concepção errônea da substância, o que não é compatível com a discussão desenvolvida em 3.3. Isso, para Bostock, forneceria uma razão para concluir que 3.3 não pertence ao contexto, estando deslocado nos manuscritos. Como nota Morel, no entanto (p. 140-141), não há nenhuma razão para aceitar que o pronome *não* remeta àquela que, para Aristóteles, corresponde à boa concepção de substância. Desse ponto de vista, portanto, não há razão para buscar outra posição para o trecho.

os seus constituintes à maneira de elementos materiais. Em 3.4, por sua vez, Aristóteles apresenta uma dificuldade com relação à enunciação de definições que pode ser tomada como decorrência da situação exposta em 3.2. Se todo composto é constituído de partes simples e independentes entre si (como na hipótese examinada em 3.2), não parece haver como fornecer a definição de coisa alguma. Dos itens simples, não haveria definição porque sua natureza não é composta e, portanto, não poderia ser apresentada por meio da estrutura complexa do enunciando definitório. Por outro lado, se os itens compostos são meros agregados de partes independentes entre si, não há, no caso deles, uma natureza intrinsecamente uma cuja apresentação seria feita por meio de uma definição. Assim sendo, 3.2 e 3.4 integram-se em uma linha argumentativa única que é interrompida por 3.3. A interferência é acentuada pelo fato que 3.4 é introduzido em 1043b23 por um *hôte* (“desse modo”) que deve remeter a 3.2. Mais do que qualquer coisa, é a necessidade de vincular *hôte* a 3.2 o que justifica a inserção de 3.3 entre parênteses.

A despeito de sua posição sobre a pertinência de 3.3 ao contexto, Morel admite que o *hôte* da linha 1043b23 remeta a 3.2 (p. 150). Com isso, 3.3 acaba por ser tomado como um trecho parentético, mesmo que se elimine o recurso gráfico de inseri-lo entre parênteses.

Interpretação

A interpretação de Morel pretende, antes de mais nada, tornar clara a importância do livro H para o projeto metafísico de Aristóteles. H não apenas rerepresentaria resultados já estabelecidos em Z, mas também introduziria resultados novos e fundamentais (p. 9). Isso ocorre de tal maneira que aspectos decisivos da investigação começada em Z seriam suficientemente esclarecidos somente ao final de H (p. 11-12; 23, 84). A interpretação de Morel, portanto, encontra uma continuidade estreita entre Z e H. Além disso, os resultados de H seriam progressivamente desenvolvidos ao longo de todo o livro, que seria dotado de unidade argumentativa e doutrinal.

A origem do problema cuja solução deve formar a espinha dorsal de H e assegurar sua unidade com Z pode ser encontrada na seguinte tese de Aristóteles:

- 1) Se x é uma substância, então x satisfaz um critério forte de unidade interna.

Algo que corresponda à soma ou conjunção de itens distintos entre si e que seja adequadamente descrito por uma expressão na qual “algo é dito de algo” não satisfaz esse critério forte de unidade (Z4, 1030a3-5). O paradigma do que não satisfaz o critério exigente de unidade é o “homem-branco”, que corresponde a uma associação de itens ontologicamente independentes entre si. No extremo oposto, o que plenamente satisfaz o critério é o *tode ti* (“um ‘isto’” [un “ceci”]). Aristóteles não esclarece suficientemente o sentido da expressão *tode ti*, mas sua aplicação é reservada ao que é substância (Z1, 1028a3, Z3, 1029a28; H1, 1042a26-28, 1042b1-3).

Associada a essa tese, há outra que é fundamental para os livros centrais da *Metafísica* e que diz respeito ao âmbito de aplicação das definições em sentido estrito:

2) Se x tem uma definição em sentido estrito, então x é uma substância (Z4, 1030b5-6; Z5, 1031a11-15; Z13, 1039a19-21).

A tese 2) limita às substâncias apenas a posse de definições *em sentido estrito*. Compreendida em sentido amplo, há também definição de itens não-substanciais. (Z4, 1030a17-b13). A esse respeito, cabe notar que decorre de 1) e 2) que, se x não satisfaz o critério de unidade interna, então x não tem uma definição em sentido estrito. Desse modo, a satisfação de um critério de unidade interna que não seja tão rigoroso quanto aquele mencionado em 1) implica a posse de uma definição em sentido não estrito. Itens não substanciais e, no limite, até mesmo o homem-branco satisfazem um critério fraco de unidade interna que é suficiente para a posse de uma definição tomada em sentido amplo.

O problema que cria o foco da interpretação de Morel para H surge quando se observa que não é evidente que as ditas substâncias sensíveis satisfaçam o critério forte de unidade. Os itens que usualmente são tomados como substâncias (Z2, 1028b8-12; H1, 1042a7-11 e 1042a24-25) são de caráter sensível e são necessariamente compostos de forma e *matéria*. Sua natureza composta parece conferir-lhes os contornos do que é “algo dito de algo”, ou seja, do que está *aquém* da satisfação do critério forte de unidade (ver, por exemplo, Z11, 1037b2-3). De fato, Z por vezes sugere que as ditas substâncias sensíveis não se qualificam para a posse de definições rigorosas (por exemplo, Z15, 1039b27-40a1).

Morel entende que a solução do problema desenvolva-se, sobretudo, em H. Em linhas gerais, a estratégia de Aristóteles consistiria em mostrar que a forma e a matéria não são duas entidades que meramente se adicionam uma à outra. Ao contrário, sua

relação seria tal que dela resulta “uma substância una e unificada” (p. 23). O modo como isso é feito seria apenas esboçado em Z, quando, em Z13 (1039a3-7), Aristóteles afirma que a unidade de um composto não será ameaçada pela posse de partes que não estejam no estado de “realidade efetiva” (*entelecheia*¹¹), estando apenas *em potência* (*dunamis*).¹² A elaboração da resposta completa depende do estabelecimento da correlação entre as distinções matéria/forma e ato (ou “realidade efetiva”). Em H6 ficará claro que a unidade entre matéria e forma é “verdadeiramente substancial porque a matéria e a forma são uma única coisa, potência de um lado e ato do outro”¹³ (p. 25).

Parte importante da interpretação de Morel está na tese segundo a qual a solução que emerge em H6 é progressivamente desenvolvida ao longo de H. O núcleo desse movimento argumentativo consistiria no desenvolvimento de uma noção refinada de matéria que possa ser tomada como contraparte em potência da forma, que é o elemento em ato da substância sensível. Para tanto, é necessário em primeiro lugar assegurar que a noção relevante de matéria a partir de H não corresponda à matéria que, em Z3 é descrita como sendo absolutamente desprovida de propriedades (1029a20-21). De fato, em H, a matéria seria compreendida como tendo em si mesma propriedades (p. 33), sendo descrita já em H1 como um *tode ti* em potência (1042a27-28).

No entanto, a noção de matéria deve receber um refinamento adicional para que se possa aplicar a distinção ato/potência de modo a solucionar o problema da unidade da substância sensível. A função precípua dos capítulo H1-5 seria a de elaborar uma noção de matéria que pode ser compreendida segundo diferentes níveis de análise (p. 37-38). Isso introduz a distinção fundamental entre a matéria próxima e a matéria distante. Essa última corresponde, se não à matéria prima (cuja atribuição à doutrina metafísica de Aristóteles é discutível), ao menos aos ditos elementos (água, ar, terra e fogo), componentes básicos dos itens materiais no mundo sublunar. A matéria próxima, por sua vez, corresponde às partes orgânicas funcionais que resultam de composições complexas entre os elementos e são estruturadas de modo a poder executar funções que são determinadas pela forma. Nesse caso, os exemplos típicos são os órgãos dos seres

¹¹ Expressão que é mais usualmente traduzida por “ato”. Morel reserva o equivalente francês a esse último termo para traduzir *energeia*.

¹² O ponto é aplicado às substâncias sensíveis em Z16, 1040b5-10. Nesse caso, como em Z13, a discussão tampouco resulta na exposição de uma solução clara e precisa.

¹³ “Cette unité est véritablement substantielle, parce que la matière et la forme sont une seule chose, puissance d’un côté et acte de l’autre.”

vivos. Ao fim e ao cabo, a *matéria próxima* (e não a distante) compõe a unidade forte com a forma, tal como exposto ao final de H6 (1045b17-23).

Assim, a compreensão da matéria (e, particularmente, da matéria próxima) e da forma segundo a distinção ato/potência, cujo adequado desenvolvimento se dá ao longo de H como um todo, asseguraria a satisfação pela substância sensível do critério forte de unidade de 1). Com isso, estaria assegurada a existência de definições rigorosas para as substâncias sensíveis, bem como o seu caráter substancial.

Desse modo, a linha mestra da interpretação de Morel é clara e o comentário é elaborado tendo o objetivo primário de mostrar como essa interpretação ancora-se na letra do texto. A esse respeito, deve-se notar a especial atenção que é dada ao problema da posse de uma definição rigorosa por itens compostos (em particular no comentário a H2) e à elaboração da noção refinada de matéria ao longo de H1-5.

Não há intérprete, no entanto, que não enfrente percalços ao se aventurar nos livros centrais da *Metafísica*. Se, como se disse, a unidade temática desse conjunto de textos é inequívoca, o mesmo não se pode dizer com relação à doutrina exposta. Os livros centrais notoriamente apresentam teses cuja conjunção não parece formar um todo coerente, sendo, portanto, resistentes às tentativa de leitura unificada como a de Morel. No que segue, pretendo apresentar algumas das tensões internas aos livros Z e H que não são, a meu ver, suficientemente esclarecidas pelo autor. Para tanto, será útil introduzir mais uma das teses básicas da ontologia dos livros centrais:

3) Se x é substância, então x é idêntico ao seu ser essencial. (Z 6, 1031a28-29)¹⁴

A interpretação de Morel, como se viu, tem por foco a ideia segundo a qual H elabora uma estratégia para assegurar a unidade forte dos itens que são reconhecidos como substâncias sensíveis. A ideia de fundo é que tais itens não são substâncias apenas segundo os critérios adotados pela opinião geral, mas o são de pleno direito. Com isso, seria de se esperar a partir de 3) que as substâncias sensíveis sejam idênticas ao seu ser essencial. No entanto, há textos tanto em Z como em H que não parecem consistentes com essa conclusão. Esse é o caso da seguinte passagem de H3: “Com efeito, o ser essencial pertence à forma e ao ato. Desse modo, “alma” e o “ser da alma” são idênticos, ao passo que o “ser do homem” e “homem” não o são – a não ser que se diga

¹⁴ Expressão empregada para traduzir *to ti ên einai* que também se encontra traduzida na literatura por “quididade” ou “essência”.

“homem” para a “alma”, desse modo, de uma certa maneira eles serão idênticos, de outra, não.” (1043b1-4)¹⁵

Essa passagem é forte evidência para a tese segundo a qual esteja restrito à forma o âmbito da identidade entre x e $\text{ser-}x$, ou seja, entre x e seu ser essencial. Desse modo, no entanto, o composto de matéria e forma (e, portanto, a dita substância sensível) estaria excluído do escopo dessa identidade. Com isso, estaria comprometida a sua substancialidade (a partir de 3). Assim, os compostos de matéria e forma não seriam substância (ao menos não em sentido estrito), o que, de resto, é coerente com o esforço de Z para estabelecer que a forma é substância primeira (Z7, 1032b1-2; Z11, 1037a28).

Morel parece aceitar a restrição do âmbito da identidade entre x e o ser essencial de x que emerge da passagem. Assim, tomemos a seguinte afirmação:

4) O homem é idêntico ao seu ser essencial.

Essa afirmação seria verdadeira quando “homem” significa a alma e falsa quando “homem” significa o homem composto (p. 134).

Ainda que seja difícil recusar essa conclusão diante de textos como o de H3, ela não deixa de ser uma fonte de questões difíceis para os intérpretes que, como Morel, pretendem assegurar a inclusão de itens sensíveis no domínio da substancialidade em sentido estrito. Com a restrição às formas do âmbito da identidade entre x e o ser de x , é preciso determinar o que, exatamente, foi excluído desse âmbito e, por conseguinte, do âmbito da substancialidade. De fato, dizer que a exclusão se aplica ao “homem composto” deixa, ainda, diversas possibilidades em aberto.

Morel parece fornecer uma primeira resposta a essas questões ao afirmar que “o ser humano individual não coincide exatamente com sua forma, à exclusão da matéria” (p. 134).¹⁶ Assim, dado que 4) é verdadeira quando “homem” designa a forma, parece razoável concluir que a mesma afirmação é falsa quando “homem” designa o *homem composto individual*.

Para não perder de vista a série de consequências com as quais estamos lidando, adicionemos a 4) a seguinte afirmação:

¹⁵ “L’être essentiel, en effet, appartient à la forme et à l’acte. Ainsi “âme” et “être de l’âme” sont identiques, alors que “être de l’homme” et “homme” ne le sont pas – sauf si l’on dit “homme” pour “l’âme”; alors, d’une certaine manière ils seront identiques, de l’autre non.”

¹⁶ “...l’être humain individuel ne coïncide pas exactement avec sa forme, à l’exclusion de sa matière”.

5) Homem é substância.

Do que podemos depreender até agora da interpretação de Morel, essa afirmação seria verdadeira quando “homem” designa a forma e falsa (ao menos quando “substância” é tomada em sentido estrito) quando “homem” designa o composto individual.

Não há nada de incoerente aqui. Pode-se, perfeitamente, aceitar conjuntamente que 4) e 5) são verdadeiras quando “homem” é compreendido como forma e falsas quando “homem” é compreendido como particular. Isso, no entanto, corresponde a aceitar que particulares sensíveis *não* são substâncias.

Essa consequência é acolhida de diferentes maneiras em diferentes interpretações. A alternativa célebre defendida por Frede e Patzig (1988) consiste em aceitar que os objetos concretos, que eram tomados como substâncias nas *Categorias*, deixam de sê-lo na *Metafísica*. Na última obra, Aristóteles teria explorado o aspecto causal da noção de *ousia*, de modo que a forma passa a ser tomada como *ousia em detrimento* dos particulares concretos (1988, v. I, p. 42; ver também Frede : 1987, p. 79). Essa leitura, portanto, pode aceitar sem qualquer inconveniente que 4) e 5) são verdadeiros apenas quando “homem” corresponde à forma. Nessa perspectiva, o particular concreto perdeu o caráter de substancialidade em sentido estrito quando o ponto de vista das *Categorias* foi superado.

Uma reação diferente à mesma situação pode ser encontrada, por exemplo em Wedin (2000). Em sua interpretação, a exclusão de indivíduos como Sócrates do âmbito da substancialidade ocorre em função do papel que a noção de *ousia* desempenha na *Metafísica*. No livro Z, Aristóteles partiria da concepção de substância das *Categorias* (de acordo com a qual Sócrates é uma substância) e procuraria determinar quais são as características desses itens que fundamentam a sua substancialidade (ver a introdução de Wedin : 2000). Determiná-lo corresponderia a dizer qual é a substância *de* tais itens que são substâncias segundo as *Categorias* (idem). Wedin, assim, aceitaria que 4) e 5) são falsos quando “homem” designa o particular porque, na perspectiva do livro Z, essas afirmações dizem respeito àquilo que é substância *de* itens como Sócrates.

Seja qual for a alternativa adotada pelo intérprete, o ponto está entre aqueles que deveriam ficar claros em uma interpretação dos livros centrais. No que diz respeito a Morel, deve-se notar em primeiro lugar que, em sua leitura, a expressão *tode ti* é interpretada como aplicando-se ao que é uma “individualidade determinada” (p. 17, 18).

Como notado acima, a expressão *tode ti* aplica-se exclusivamente à substância. Nesse caso, aceitar a exclusão dos particulares sensíveis do âmbito da substancialidade impõe a aceitação da tese segundo a qual as substâncias em sentido estrito são as formas *particulares*. Essa, no entanto, não é uma opção que Morel pareça inclinado a adotar (p. 136). O leitor fica, assim, em dúvida com relação ao que Morel está mantendo no âmbito da substância ao aceitar que compostos particulares não são idênticos ao seu ser essencial.

A dúvida torna-se ainda mais aguda quando se tem em conta que Morel parece sustentar que a condição de ser *tode ti* é satisfeita não apenas por itens individuais, mas precisamente por *compostos particulares*: “Ora, em Z3, 1029a28 a substância é apresentada como separável, ou seja, como existindo por si e distintamente das outras substâncias e como sendo uma individualidade determinada, um ‘isto’. Um composto particular (Sócrates, Francisco I, tal pato ou tal coelho) é substância porque ele tem uma existência separada e um estatuto de individualidade.” (p. 18).¹⁷

Como se viu, é possível adotar estratégias para assegurar que, em uma certa perspectiva, os particulares compostos são substância em sentido forte e, em outra, que esses mesmo itens estão excluídos do domínio da substancialidade. No entanto, o ponto precisa ser esclarecido pelo intérprete e, a meu ver, não é suficientemente claro como Morel pretende interpretar o critério de ser *tode ti* à maneira exposta na p. 18 e aceitar as consequências da exclusão do composto particular do âmbito da identidade entre *x* e ser-*x*, como e vê na p. 134.

A discussão acerca do estatuto ontológico do composto na interpretação de Morel não está, com isso, encerrada, uma vez que ainda é necessário examinar o caso do composto compreendido *universalmente*. Antes de fazê-lo, no entanto, convém tratar de um ponto decisivo, que é a definição da substância sensível.

Quando se aceita que o composto sensível não é idêntico ao seu ser essencial, tem-se, por 3 e 2, que não há definição em sentido estrito do composto sensível. De fato, Morel parece aceitar esse resultado, dizendo que “a palavra – sem dúvida o termo escolhido para formar uma boa definição – *deve* designar a forma porque ela é a unidade primeira de significação, sem que, com isso, a palavra seja inadequada ao

¹⁷ “Or, en Z3, 1029a28, la substance est présentée comme séparable, c’est-à-dire comme existant par soi et distinctement des autres substances, et comme étant une individualité déterminée, un ‘ceci’. Un composé particulier (Socrate, François I^{er}, tel canard ou tel lapin) est substance parce qu’il a une existence séparée et un statut d’individualité.”

composto” (p. 133, *itálico no original*).¹⁸ Desse modo, a “boa definição” de “homem” corresponderia à definição da forma e não do composto.

A questão é fundamental para Morel. Com efeito, um ponto-chave da sua interpretação está na tese segundo a qual H2 reabilitaria a definição da substância sensível tomada enquanto tal, aceitando que seus enunciados definitórios incluam a matéria (p. 117). Sua leitura é apresentada como uma recusa da tese de Frede (1990), para quem a definição *em sentido rigoroso* tem por objeto apenas a forma.

A alternativa de Morel a esse respeito é elaborada com base na distinção entre a matéria próxima (as partes funcionais) e a matéria distante (os elementos básicos). Partindo de uma breve observação de Ross (1924, v. II, p. 205), Morel explora essa distinção de modo a excluir a matéria distante de x da definição de x , reservando um lugar para a matéria próxima de x em sua definição (p. 118-125).

O ponto, até aqui, é claro. A substância sensível tem uma definição rigorosa que envolve a matéria quando essa é compreendida como matéria próxima e não como matéria distante. A partir de 2), isso garantiria o caráter substancial da substância composta. O ponto certamente não diz respeito à substância particular (que, por seu caráter particular, não pode de qualquer modo dispor de uma definição: p. 20), mas à substância composta universal (um composto que inclui um certo *tipo* de matéria universalmente concebida e não uma porção *particular* de matéria). Nesse caso, parece que 5) pode ser verdadeiro quando “homem” é compreendido como composto universal no qual está incluída a matéria próxima tomada universalmente.

Agora, se de fato foi assegurada a substancialidade da substância composta assim concebida, por 3), ela deve ser idêntica ao seu ser essencial. Tinha-se extraído de H3, no entanto, que apenas a forma é idêntica ao seu ser essencial. Uma possível solução, aqui, seria estabelecer uma identidade entre o composto universal que contém matéria próxima e a forma. Uma alternativa nessa direção é explorada por Irwin (1988, §132). Morel, no entanto, não parece adotar essa via.¹⁹ Ele parece antes disposto a investir na

¹⁸ “... le mot – sans doute le terme choisi pour former une bonne définition – *doit* désigner la forme, parce qu’elle est l’unité première de signification, sans que le mot soit pour autant inadéquat au composé.”

¹⁹ Algo semelhante à solução de Irwin é sugerido na p. 50: “Cada ser particular não faz senão uma unidade com seu ser essencial – tal homem particular não é distinto nem numericamente nem essencialmente disso que faz dele um homem”. Uma vez que “isso que faz de x um x ” corresponde à forma de x , Morel parece, aqui, estabelecer a identidade entre um certo homem e sua forma. Ao contrário do que faz Irwin, no entanto, a identidade não se dá entre a forma e x concebido como composto universal, mas como *item particular*. Nesse caso, caberia explicar

distinção entre dois modos de se apreender a substância sensível: ou segundo a composição de matéria e forma ou exclusivamente segundo a forma (p. 124, 134). No segundo caso, a apreensão se dá *por abstração* ou *por separação no pensamento*, que é o modo como Morel interpreta a afirmação de 1042a29 segundo a qual a forma é separável *tô(i) logô(i)* (p. 95). Desse modo, a definição que apresenta apenas a forma da substância sensível seria dependente de uma separação “lógica” ou “da razão” da forma (p. 124).

A meu ver, a tese segundo a qual a forma é um item de abstração enfrenta dificuldades.²⁰ Se a forma, considerada em si mesma, é uma abstração, como explicar que ela é tomada em Z17 como *causa* do fato que um certo item é o que é? A dificuldade não é pequena, nem está restrita à relação entre Z17 e o livro H. Note-se que a forma é dita ser um *tode ti*, que é marca do que é substância em sentido estrito e, portanto, dotado de genuína prioridade ontológica. Com efeito, se a forma é tomada como um item cuja independência da matéria e do composto depende de uma operação da mente, parece difícil entender que ela resulte ser substância *primeira* e que, em algum sentido ontologicamente relevante, a forma satisfaça mais propriamente do que o composto a condição de ser idêntica ao seu ser essencial.

Minha maior dificuldade, no entanto, diz respeito a compreender exatamente em que termos Morel pretende resolver a equação que envolve a definição da forma e do composto. Como se viu, Morel parece conceder à forma a posse da “boa definição” (p. 133), o que sugere que, em algum registro, seja reservada à forma a definição em sentido estrito. Por outro lado, a concessão da definição estrita à forma é, por vezes, expressamente recusada.

Morel sugere que a distinção entre a matéria distante e a matéria próxima, com a inclusão dessa última em uma definição genuína do composto, elimine a distinção entre uma definição “fraca” e uma definição em sentido próprio (p. 122). Ele também sugere que não há a prioridade de uma definição forte que diga respeito apenas à forma porque existe uma isomorfia entre as estruturas da definição e do composto sensível – a ambas seria aplicável a predicação hilemórfica (p. 123). Cada uma dessas teses tem forte impacto sobre o tratamento dos problemas abordados. Espera-se, assim, que em

como essa afirmação da p. 50 conjuga-se com os comentários feitos a respeito da restrição à forma do âmbito da identidade entre *x* e *ser-x*.

²⁰ O ponto foi argumento por Spellman (1995, p. 95-97) e por Peramatzis (2011, p.263-265).

trabalhos futuros Morel possa desenvolver mais essas teses que, a meu ver, não foram suficientemente elucidadas neste livro.

Raphael Zillig
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Referências bibliográficas

- Bostock, D. *Metaphysics. Books Z and H*. Oxford, Clarendon Press, 1994.
- Burnyeat, M. *Notes on Books Eta and Theta of Aristotle's Metaphysics*. Oxford, 1984.
- Frede, M. "Substance in Aristotle's *Metaphysics*". In *Essays in ancient philosophy*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987, p. 72-80.
- Frede, M. "The definition of sensible substances in *Metaphysics Z*". In: Devereux, D.; Pellegrin, P. *Biologie, logique et métaphysique chez Aristote*. Paris, 1990, p. 113-129.
- Frede, M; Patzig, G. *Aristoteles, 'Metaphysik Z'*. München, Beck, 1988.
- Irwin, T. *Aristotle's first principles*. Oxford, Clarendon, 1988.
- Jaeger, W. *Aristotelis Metaphysica*. Oxford, OUP, 1957.
- Lewis, F. *How Aristotle gets by in Metaphysics Zeta*. Oxford, OUP. 2013.
- Minio-Paluello, L. (ed.). *Aristotelis Categoriae et Liber De Interpretatione*. Oxford, Clarendon Press, 1949.
- Peramatzis, M. *Priority in Aristotle's Metaphysics*. Oxford, OUP. 2011.
- Ross, W. D. *Aristotle's Metaphysics – A revised text with introduction and commentary by W. D. Ross*. Oxford, Clarendon, 1924.
- Seminara, S. *Matter and Explanation – On Aristotle's Metaphysics Book H*. Thèse: Lyon, ENS, 2014.
- Spellman, L. *Substance and separation in Aristotle*. Cambridge, CUP. 1995.
- Wedin, Michael. *Aristotle's theory of substance*. Oxford, Clarendon Press, 2000.